

# ARQUEOLOGIA PORTUGUESA NO SÉC. XX: ALGUNS TÓPICOS PARA UM BALANÇO\*

por

Vítor Oliveira Jorge\*\* e Susana Oliveira Jorge\*\*\*

1. Ao longo do séc. XX, a Arqueologia portuguesa tem revelado a situação periférica e dependente do país em relação aos grandes “produtores” de cultura científica da Europa Ocidental, principalmente a França, mas também a Alemanha, a Grã-Bretanha, e até a vizinha Espanha. E, apesar do grande esforço de renovação a que se tem assistido a partir dos finais dos anos 70, por parte de uma geração com formação universitária (normalmente completada no estrangeiro ou com estrangeiros, sobretudo franceses e alemães), verifica-se ainda um grande alheamento do público e uma quase inacreditável insensibilidade de muitos governantes em relação a esta esfera do património e da investigação. A situação pode ter começado a mudar a partir do momento em que o governo saído das eleições de 1 de Outubro de 1995 decidiu criar o Instituto Português de Arqueologia como uma das tutelas do Ministério da Cultura.

A hostilidade do regime ditatorial, que governou Portugal dos anos 20 aos anos 70, em relação às ciências sociais e humanas, levou à muito restrita presença destas na pesquisa e no ensino universitário. Evidentemente que o menosprezo pela Sociologia, pela Antropologia ou pela Etnologia em nada contribuiu para a sedimentação de um ambiente em que a Arqueologia pudesse aperceber-se das grandes mutações teóricas e metodológicas ocorridas no estrangeiro, e que mais cedo ou mais tarde seriam de vital importância para esta ciência. Por outro lado, ensinada nas Faculdades de Letras no âmbito das licenciaturas de Ciências Histórico-Filosóficas e mais tarde de História, a Arqueologia era essencialmente

---

\* Este texto corresponde ao desenvolvimento das ideias expressas anteriormente pelos autores em (1995), “Theoretical underpinnings of Portuguese archaeology in the Twentieth century”, *Theory in Archaeology. A world perspective* (ed. P. Ucko), London, Routledge, 251-262.

\*\* Instituto de Arqueologia da Faculdade de Letras do Porto e Comissão Instaladora do Instituto Português de Arqueologia (Ministério da Cultura).

\*\*\* Instituto de Arqueologia da Faculdade de Letras do Porto.

chamada “Arqueologia industrial” só nos últimos anos se têm vindo a impor, sempre devido ao voluntarismo de alguns indivíduos ou associações.

De modo que até muito recentemente, e com raras excepções, como é o caso bem conhecido da cidade romana de Conímbriga e do seu Museu Monográfico, a Arqueologia praticou-se em Portugal de forma essencialmente amadorística, mesmo quando era levada a efeito por entidades como os Serviços Geológicos de Portugal, uma vez que as pessoas que neles trabalhavam em Arqueologia tinham de se desdobrar por muitas outras actividades.

A comunidade de arqueólogos (actividade que não constitui uma profissão contemplada na lei, e portanto de estatuto muito acentuadamente indefinido) é pequena em Portugal. Talvez umas duas centenas, ou duas centenas e meia, de pessoas. Nos anos 70, os autores com mais presença a nível de publicações (raramente em revistas estrangeiras, dado o baixíssimo grau de internacionalização deste domínio) não ultrapassariam a centena. Raríssimas eram também, como ainda o são hoje, as traduções de livros metodológicos ou de síntese, e a produção nacional para o grande público, em editoras comerciais, quantitativamente irrisória. Acrescente-se que a divulgação de textos de arqueólogos portugueses em colecções dirigidas a leitores com formação universitária é extremamente difícil (falamos por experiência própria: por ex., há vários anos que tentamos publicar, sem êxito, uma colecção de estudos intitulada “Arqueologia: Percursos e Interrogações”).

Actualmente, de forma muito simplificada e convencial, diríamos que a “comunidade” arqueológica portuguesa se pode subdividir em três. Por um lado, os universitários, que são praticamente todos docentes, e portanto sujeitos às estritas leis da carreira universitária, com os seus prazos, as suas grandes cargas de horas de ensino, a sua insegurança profissional até uma idade relativamente avançada, o bloqueio à entrada de mais novos, dada a geral orientação de massificação da universidade e de tirar o maior proveito possível da mão de obra já existente, com base em critérios economicistas de curta visão. Por outro, os arqueólogos ligados à Arqueologia “patrimonial”, por vocação preocupada com a inventariação, preservação, conservação, valorização do já conhecido, e com a investigação propriamente dita que, nesse âmbito, vai sendo possível, por vezes com grande sacrifício e dedicação das pessoas que a praticam. É evidente que entre ambos os aspectos não deveria existir qualquer dicotomia, porque para intervir num edifício ou ruína ameaçados é necessário pesquisar, mas esta partilha absurda de uma “Arqueologia fundamental” e de outra “aplicada” é, na prática, imposta como uma camisa de forças aos arqueólogos, forçados uns a ensinar e a investigar contra-relógio, para assegurarem o seu posto de trabalho universitário (considerado, pela sua raridade, quase um privilégio), e outros a ler e a darem pareceres ou informações sobre pilhas de processos burocráticos sem disporem, a maior parte

Arqueologia portuguesa em várias frentes. Produziram-se e publicaram-se teses de doutoramento de grande valor; desenvolveram-se projectos plurianuais de investigação (embora sempre dependentes de precários financiamentos pontuais) baseados no equacionamento prévio de questões e no trabalho de equipa; desenvolveram-se acções de salvaguarda e valorização do património; criaram-se laboratórios como o de análises de radiocarbono do L.N.E.T.I. (actual I.N.E.T.I.) em Sacavém, etc. Através das variantes de Arqueologia dos cursos de História assistiu-se a um crescente interesse dos jovens universitários pelo seu treino na investigação, participando em escavações, muito embora a ausência de perspectivas profissionais tenha acabado por fazer derivar a maior parte para o ensino ou outras actividades. De facto, tem-se estabelecido uma espécie de “selecção natural”, em que só resistem os mais “aptos” económica e/ou psicologicamente a aguentarem situações de stress e de indeterminação quanto ao futuro, isto é, só têm “ficado” na Arqueologia aqueles que preferem tudo a terem de abdicar dela.

Perante o que, em traços gerais, acaba de ser dito, que esperaríamos poder ser a tradição da Arqueologia portuguesa no domínio da reflexão teórica? Certamente muito pobre. Não tem havido, em Portugal, uma produção autónoma nesse domínio; é mais no contexto de trabalhos de grande fôlego, como certas teses de doutoramento, por exemplo, que, para enquadramento metodológico da sua investigação, alguns autores mais recentes têm procurado definir opções epistemológicas e, em geral, teóricas, em regra caracterizadas por certo eclectismo. Eclectismo bem exemplificado pelo próprio título de um livrinho recente de Jorge de Alarcão, intitulado “Para Uma Conciliação das Arqueologias” (Porto, Afrontamento, 1996), cujo aparecimento é, gostosamente, de assinalar, quaisquer que sejam as reflexões que o seu conteúdo suscite, e que bem mereciam um debate sério que, neste âmbito teórico, nunca se efectuou entre nós.

Mas voltemos ao séc. passado e tentemos rever, brevemente, os principais aspectos da história da disciplina em Portugal, desde então.

2. Podemos discernir quatro grandes fases na história da Arqueologia portuguesa.

I. A primeira, a que chamaríamos *das “Origens”*, remonta aos fins dos anos 50/ inícios dos anos 60 do séc. XIX. Em 1857 foi fundada, em Lisboa, a Comissão Geológica, organismo que actualmente se designa por Serviços Geológicos de Portugal, compreensivelmente caracterizado por uma perspectiva naturalista voltada para a Pré-história. Geólogos e antropólogos físicos realizaram os primeiros trabalhos de campo (incluindo escavações) em grutas e concheiros, e recolheram indústrias líticas. Uma vertente diferente de preocupações, a dos arquitectos interessados na preservação do património construído, levou, em 1863, à criação, também na capital, da actualmente designada Associação dos Arqueólogos Portugueses.

medieval, e os antigos Lusitanos, tinha visado, sobretudo, contrapor-se a uma teoria “renascentista” desprovida de base de prova. Embora não contestando que o Portugal histórico foi uma criação política, muitos autores do nosso séc. XIX e XX preocuparam-se em mostrar a existência, desde as épocas mais remotas, de “raízes culturais” específicas na fachada atântica peninsular, as quais teriam precisamente prefigurado Portugal como nação independente do estado espanhol. Explícito ou tácito, esse “debate” manteve-se longamente, abrangendo a época seguinte.

III. Desde os anos 30 aos anos 60 do nosso século decorre uma fase de certa “*Estagnação*”, correspondente ao longo período de maior força do regime autoritário que sofremos. Sintomas de dependência em relação a investigadores estrangeiros trabalhando entre nós, ou influenciando directamente, através da sua obra publicada, as interpretações que aqui se avançavam, são notórios. Como tão o são sinais de anacronismo em todos os aspectos da nossa Arqueologia, que se deixou espectacularmente atrasar em relação às suas congéneres europeias. Basta verificar que em Portugal nunca se desenvolveu uma escola de pré-historiadores universitários, e/ou ligados a grandes museus, como aconteceu em Espanha, que conheceu um sistema político idêntico (e na qual o caso mais gritante de “exilado” seria o de Bosch-Gimpera), o qual, no entanto, à semelhança dos regimes nazi e fascista, procurou desenvolver a Arqueologia como uma forma de legitimação da grandiosidade da “pátria”, isto é, do Estado e do regime. Igualmente interessante seria verificar a debilidade da Antropologia colonial portuguesa por contraste com outros países colonialistas europeus, mas trata-se de um tema que está fora do âmbito do presente texto.

Esta fase mostra muitos aspectos de continuidade em relação à anterior. Os Serviços Geológicos de Portugal foram desenvolvendo as suas actividades de prospecção (facilitadas pelos meios que colocava ao seu dispor a elaboração da carta geológica do país, no entanto ainda hoje não concluída na esc. de 1:50000) e de escavação. Era o organismo que em regra “acolhia” estrangeiros que vinham trabalhar entre nós, como H. Breuil (Paleolítico), J. Roche (Paleolítico Superior/Mesolítico), e, em parte, G. e V. Leisner (megalitismo), etc. Portugal tornou-se aliás um “campo” atraente para outros arqueólogos europeus, que vinham aqui realizar as pesquisas que nós não fazíamos, pelo menos com os mesmos meios metodológicos e financeiros, como é o caso de H. Schubart e E. Sangmeister no povoado calcolítico do Zambujal (Torres Vedras), verdadeira escola onde se formaram alguns dos actuais pré-historiadores portugueses. Foi também o primeiro destes autores a realizar estudos fundamentais no âmbito do chamado “Bronze do Sudoeste” peninsular (embora a sua obra só fosse publicada nos anos 70), como também foi sensível a influência do italiano A. Anati no relançamento de estudos da nossa arte rupestre. A própria primeira Pré-história de Portugal digna desse

1962). O Prof. Vergílio Correia é aliás um vulto muito importante das nossas Arqueologia, História de Arte, e Etnografia, que, como outros, se encontra insuficientemente estudado. Outro daqueles factores foi a introdução das observações estratigráficas e do “método da grade” (de M. Wheeler) em Arqueologia pré-histórica de campo, por E. Serrão e Prescott Vicente, em 1956, no povoado pré-histórico da Parede (Cascais) e em 1957, no de Olelas (Sintra). Ainda um outro aspecto positivo foi a tradução de algumas obras fundamentais de Gordon Childe para português, como “O Homem Faz-se a Si Próprio” (fundindo num só livro várias obras do autor) (1947), “Introdução à Arqueologia” (1961) ou “A Aurora da Civilização Europeia” (1969). Apesar do carácter diminuto da “comunidade arqueológica” (não ultrapassaria a centena de pessoas, na grande maioria amadores), notou-se uma cada vez maior frequência de reuniões de estudiosos, e de publicação de revistas da especialidade. Se os congressos nacionais se realizaram de forma muito esparsa (o 1º foi em 1958), tal deficiência viu-se de algum modo compensada por realizações que, embora locais, tinham uma concorrência significativa (por ex., os Colóquios Portuenses em 1961, 62, 64, 65 e 66, organizados pelo Centro de Estudos Humanísticos).

Apesar destes aspectos positivos, e da preocupação de algumas (raras) pessoas por questões de interpretação e de metodologia, as perspectivas gerais eram dominadas pelo mais estrito empirismo e descritivismo, quase sempre impressionista. E muito insuficiente, porque rara era a boa e exaustiva monografia, produzida exclusivamente por autores portugueses, que era dada à estampa. Abel Viana, autor de um tratado de “Arqueologia Prática” (1962), chegou a escrever: “A Arqueologia portuguesa precisa de tudo menos de teorias”. As próprias preocupações de síntese eram muito raras: por ex., em 1966 Eduardo Serrão tentava, no seu trabalho “Germes milenários”, apresentado num dos Colóquios do Porto, raciocinar sobre as origens de Portugal em termos de antecedentes pré e proto-históricos, na linha do debate a que aludimos acima, e que tinha uma longa tradição. Mas a maior parte dos trabalhos publicados eram de uma pobreza problemática confrangedora, em estreita correlação com a magreza de meios e a feição amadorística da arqueologia de campo. E com a própria debilidade dos efectivos humanos e materiais consagrados, a nível estatal, à Arqueologia; esta era gerida pela Junta Nacional de Educação, que, com os seus vogais, constituía um conselho burocrático sem a necessária eficácia prática, de intervenção no terreno, pois que a esse nível assentava em “delegados” locais que a íam informando dos “casos” que apareciam, ou seja, servia-se de uma “estrutura” amadora não remunerada, a qual só cobria pequena parte do país.

IV. Uma quarta fase da nossa Arqueologia pode ser diagnosticada desde os anos 70 até ao presente. Genericamente podemos caracterizá-la como um segundo período de “*Desenvolvimento*”. Também nela se notam muitos elementos de con-

de 1974, J. Roche, até então “ancorado” nos Serviços Geológicos, passou a colaborar com a Faculdade de Letras do Porto, dirigindo “escavações-escola”, particularmente no Bombarral; mais recentemente, também arqueólogos americanos ou ingleses têm trabalhado em Portugal, em colaboração com investigadores locais, para já não falar da Missão Francesa de Arqueologia Clássica, acima mencionada.

Os Congressos Nacionais, apesar do seu espaçamento, foram-se realizando com maior frequência: o de Coimbra em 1970, o do Porto em 1973, e o de Faro em 1980 (este último, lamentavelmente, sem Actas publicadas). Colmatando de algum modo esta lacuna, surgiu em 1993 o 1º Congresso de Arqueologia Peninsular, realizado na Universidade do Porto pela SPAE, e do qual se editaram 8 volumes de Actas, num total de c. de 4.500 páginas. Por outro lado, têm-se multiplicado, por todo o país, reuniões regionais ou temáticas, tão numerosas ou diversas que é impossível enumerar mesmo as principais. São iniciativa de universidades, de câmaras municipais, de grupos locais, e por detrás delas está sempre o dinamismo de um pequeno número de pessoas, empenhadas em chamar assim a atenção para si mesmas, para o seu tema de interesse ou para a sua região de estudo; mas, fazendo-o, prestam um serviço. As questões teóricas ou epistemológicas não têm, em regra, estado presentes nesses encontros, preocupados sobretudo com o desenvolvimento mais pragmático dos temas tradicionais, o que está em relação com o atraso geral da nossa Arqueologia em relação com outros países da Europa ocidental (nos quais, diga-se em abono da verdade, o interesse pela discussão desse tipo de temas “teóricos” está longe de ser frequente, antes se fazendo contra a resistência de “maiorias silenciosas”). No entanto, é de destacar a realização recente, pela Universidade do Algarve, de dois colóquios intitulados “Arqueologia Hoje” (1989 e 1990), que trouxeram a Portugal algumas figuras de proa internacionais, como L. Binford, C. Renfrew, I. Hodder, A. Gallay, J. P. Demoule, etc.

Com a progressiva abertura, a partir de 1974, de novos postos de trabalho nas universidades (algumas delas, públicas ou privadas, de criação recente), em relação com a reformulação dos *curricula*, verificou-se a instalação, aí, de docentes jovens, alguns dos quais com preocupações de carácter metodológico e teórico. Vários deles tiveram de fazer um esforço de formação praticamente autodidático, nada facilitado pela quase inexistência nas bibliotecas portuguesas de obras absolutamente fundamentais para essas questões. Sem querermos exorbitar em relação a nós próprios, pensamos que foram importantes, como primeiras “pedradas no charco” (apesar de na altura pouco compreendidos) trabalhos que um de nós (V. O. J.) realizou nos anos 70 sobre a posição da Arqueologia no quadro das ciências, sobre as consequências teóricas da aplicação de computadores neste campo, sobre o estatuto da Pré-história como disciplina peculiar, que se utiliza (entre

logo a seguir encetar novas operações do mesmo tipo noutro lado, com o mesmo objectivo (e igual risco de inocuidade em termos científicos, e de prejuízo no plano patrimonial). De qualquer modo, a exigência da formulação de “projectos” de trabalho (ditos de “investigação”) foi um início de disciplina numa actividade habitualmente individualista e empirista, sugerindo a ideia de que escavar é um acto público, responsável, que deve servir para resolver problemas de pesquisa e salvaguardar bens patrimoniais, e não resultar de caprichos fúteis. Uma maior parte do nosso país passou, pela primeira vez, a estar coberta por acções de prospecção, também facilitadas e até impostas pela abertura de redes de comunicação a que se tem assistido.

Este último aspecto tem também a ver com um progresso verificado a nível dos serviços do Estado, ao criarem, em 1980, os Serviços Regionais de Arqueologia, respectivamente com sede em Braga (mais tarde no Porto), em Coimbra e em Évora. De facto, acrescente-se, esse foi o verdadeiro passo em frente, uma vez que, em geral, o Instituto Português do Património Cultural apenas correspondia a uma denominação nova de uma Direcção-Geral pré-existente, o que nada tinha a ver com os projectos que, após o 25 de Abril, uma comissão - a que estiveram ligadas figuras como Viana de Lima, Bairrão Oleiro, Bandeira Ferreira, Nunes de Oliveira, etc. - foi apresentando, sem êxito, aos sucessivos Secretários de Estado, no sentido da criação de um organismo autónomo, menos burocratizado e mais flexível. Extintos por uma lei de 1990, no quadro de uma política governamental extremamente negativa para a Cultura a que se assistiu em Portugal nos últimos anos, aqueles serviços seriam o embrião de uma descentralização absolutamente necessária da Arqueologia patrimonial, sobretudo num momento em que se vão efectuando, graças a verbas comunitárias, grandes obras públicas ou revolvimentos de solos para a agricultura, que estão a destruir diariamente testemunhos fundamentais do nosso passado. Para além do mais, eles empregavam, em geral, arqueólogos válidos que continuam a representar um conjunto de efectivos dos quais a nossa Arqueologia não pode prescindir, antes deveria largamente ampliar, para poder fazer face às prementes tarefas que se lhe oferecem.

Durante esta quarta e última fase da história da nossa Arqueologia, aqui traçada de forma muito genérica, o conjunto da informação estrangeira ao dispor dos especialistas portugueses tem aumentado largamente, quer através da leitura directamente do inglês e francês (línguas que qualquer português com uma boa formação média domina razoavelmente) e, em alguns casos, também do alemão, quer de uma muito maior circulação de arqueólogos em reuniões internacionais. Enquanto o número de traduções de obras estrangeiras é irrisório (só recentemente surgiu em português o livro de Binford “Em Busca do Passado”, única obra de um autor da dita “Nova Arqueologia” na nossa língua), aumentam os contactos pessoais, e a presença, até, de estrangeiros envolvidos em projectos portugueses,

forma de pensamento para invadir o campo da Arqueologia no seu conjunto. Não se trata de cair num relativismo, em que cada teoria é tão boa como outra qualquer. As teorias têm elas próprias uma história, uma genealogia, certas perspectivas não poderiam ter ocorrido se outras, antes, não tivessem aparecido e sido “postas à prova”. Trata-se, sim, de dizer que não existem dados brutos, que estes só se produzem no interior de um campo teórico, o qual deve ser explicitado (porque se ficar implícito se torna difícil de controlar pelo próprio autor que o usa). Dados e teorias devem constante e mutuamente interagir, por forma a irem construindo “mapas mentais” da experiência humana mais ricos, mais complexos, “passados” que dêem conta de uma maneira mais verosímil da nossa vivência presente, única que sobremaneira nos interessa, e a que em última análise temos acesso. Se o passado não é um dado em si, mas implica um observador colocado no futuro e portanto uma perspectiva, ele é necessariamente subjectivo. Nem poderia ser de outra maneira, porque a indeterminação do nosso passado é a condição da nossa liberdade no futuro. Mas, passando pelo “protocolo da prova”, isto é, da constante reafirmação com os dados factuais que se forem colhendo, contrastando, comparando entre si, as várias perspectivas do “passado” irão, em certos aspectos, criando algum “depósito” relativamente “consensual”, intersubjectivo, que se tornará até certo ponto num “espólio comum”, até certo ponto maioritário, mas sempre ouvindo perspectivas alternativas, sempre em constante reformulação. Conhecimento do qual nunca estará ausente a contradição, a incoerência, as dúvidas, que não são só inerentes ao processo do saber, mas vitais para os seus próprios objectivos.

Como em todas as ciências, a Arqueologia, se a olharmos a partir da vanguarda, parecer-nos-á feita de indeterminações, de incertezas, de dificuldades. Se, porém, nos voltarmos para trás, até ao séc. XIX, e perspectivarmos o já adquirido, veremos o enorme caminho percorrido e a riqueza e vastidão de “dados” sobre a experiência humana que ela nos proporcionou. O caso da Arqueologia portuguesa não é excepção.

Gostaríamos apenas que os arqueólogos portugueses, empenhados, como é natural e desejável, no desenvolvimento dos seus projectos mais ou menos “regionais”, não se esquecessem de que Portugal tem um passado de viajante do mundo, e que o português é hoje a 7ª língua mais falada no planeta. Precisamos por isso de ter uma perspectiva mais universal na nossa abordagem cultural da realidade. E, se não tivessem outras vantagens, os problemas “teóricos”, fazendo-nos descolar da nossa comezinha “prática científica corrente” teriam essa vantagem de nos abrirem a nova cartografia mental. Mais uma vez, repete-se: “teoria” e “prática” não se contradizem, nem sequer são independentizáveis - o bom arqueólogo, como qualquer cientista, é aquele que raciocina “bem” em todos os momentos do seu trabalho, que mantém o rigor em todas as escalas da análise e da síntese. E esse pensar “bem” não se define por um conjunto de regras *a priori*, tem cons-